



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência física, sensoriais ou mentais.DESPACHO:
26/11/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.925, DE 2000)ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 29/01/2002

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINARIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº 5.587 DE 2001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 5.587, DE 2001
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)**



Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência física, sensoriais ou mentais.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.925, DE 2000)

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art.1º É autorizado o Poder Executivo a instituir medidas de apoio aos servidores públicos federais que sejam comprovadamente responsáveis pela prestação de assistência a pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais.

Art. 2º Para atendimento do disposto no art. 1º, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas, sem redução da remuneração do servidor.

I – diminuição da jornada de trabalho, considerando cada situação específica;



II – horário especial ou móvel, para cumprimento da jornada de trabalho definida.

Parágrafo único – A concessão de qualquer desses benefícios obedecerá a parâmetros e critérios a serem expressamente definidos pelo Poder Executivo e publicados no DOU – Diário Oficial da União, devendo considerar, entre outros aspectos, o grau de deficiência, o nível sócio-econômico educacional do servidor e o número de portadores de deficiência sob sua responsabilidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

São indiscutíveis os cuidados especiais que as pessoas portadoras de deficiência exigem dos responsáveis pela sua guarda, principalmente no que se refere aos aspectos de saúde e educacionais.

Quando esta responsabilidade recai sobre os ombros da mãe trabalhadora os problemas se agravam, eis que terá ela de contornar seus problemas domésticos com o horário de trabalho.

Como o assunto ultrapassa o âmbito familiar e exige



CÂMARA DOS DEPUTADOS



a compreensão de toda a comunidade e, em especial, do Poder Público, quer a presente proposição que a mãe de filho com deficiência possa ter sua jornada de trabalho reduzida.

Dada a relevância da presente proposição, peço o apoio dos Nobres Pares para aprovação desta.

Sala das Sessões em, 23 de outubro de 2001.


Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO
PFL-RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 5587/01

Apense-se ao PL 3925/00

Art. 24, II

(Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 26 / 11 / 01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : PL.055872001 - 1

**RECIBO DE PROJETO DE LEI
APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO DEPUTADO
JOSÉ CARLOS COUTINHO**

Data de Recebimento: **23/10/2001**

Hora de recebimento: **19:33**

Cód. Arquivo Inteiro **008991-5 (DOC28163).**
Teor: